

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.581.777 - RS (2019/0274009-9)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : FUNDAÇÃO CEEE DE SEGURIDADE SOCIAL ELETROCEEE
ADVOGADOS : RÉGIS BIGOLIN - RS059575
FABRICIO ZIR BOTHOME - RS044277
GEOVANA CHIOMENTO ANDREGHETTO - RS078758
PATRÍCIA PADILHA DA SILVA - RS090177
AGRAVADO : JOAO DA SILVA - SUCESSÃO
ADVOGADOS : ÊNIO DE OLIVEIRA BARBOSA - RS039117
Ennio Highlander Millani Barbosa - RS106102

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1.042, do CPC/15), interposto por FUNDAÇÃO CEEE DE SEGURIDADE SOCIAL ELETROCEEE contra decisão que não admitiu recurso especial.

O apelo nobre, amparado na alínea "a" do permissivo constitucional, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fls. 519/523, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. RECURSO ADESIVO. PREVIDENCIA. DESLIGAMENTO DO PLANO. RESGATE DAS CONTRIBUIÇÕES. POSSIBILIDADE. COMPENSAÇÃO DEVIDA. PRELIMINARES DESACOLHIDAS. RETENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA.

1. Desnecessária a realização de perícia atuarial neste feito, na medida em que se trata de matéria exclusivamente de direito. Ademais, a realização da prova técnica atuarial oneraria as partes sem necessidade, ofendendo o princípio da economia processual.

2. Pretende a parte autora a integralidade das contribuições vertidas ao plano de previdência administrado pela fundação ré, não havendo vínculo obrigacional com a ex-empregadora que conduza à formação de litisconsórcio passivo necessário.

3. O regime de Previdência Privada possui um regime financeiro em que a capitalização é obrigatória para os benefícios, sendo imperativa a formação de reservas que assegure o benefício contratado, nos moldes do que dispõe o art. 202, da CF. Ademais, o artigo 1º da Lei Complementar n. 109/2001, dispõe que o regime de previdência privada é baseado na constituição de reservas que garantam o benefício.

4 A aplicação do regulamento vigente à época da aposentadoria, para fins de cálculo da renda inicial do benefício, não configura ofensa aos direitos adquiridos em regulamentos anteriores, visto que o beneficiário somente possui expectativa de direito quando ingressa no plano de previdência complementar.

5. O Regulamento do Plano Único, vigente quando o autor implementou os requisitos para receber o benefício, de 1994, prevê que o resgate corresponderá a 100% das contribuições.

6. É indevida a incidência de imposto de renda sobre o valor da

complementação de aposentadoria pago por entidade de previdência privada e em relação ao resgate de contribuições recolhidas para referidas entidades patrocinadoras no período de 12/1/1989 a 31/12/1995. Previsão legal e sumular do STJ.

7. Juros de mora sobre a devolução que deve ocorrer desde a citação.

8. O cálculo para a devolução da reserva de poupança, decorrente de contribuições efetuadas em plano de previdência privada, deve ser realizado por índices que reflitam a correção plena. Questão pacificada em razão do julgamento do REsp 1183474, submetido ao regime dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do Código de Processo Civil) e Súmula 289 do STJ.

De ser utilizado o IPC (IBGE) de março de 1986 até fevereiro de 1991, quando de sua extinção, e, a partir daí, o IGP-M (FGV), com reflexos no cálculo do valor do resgate. Precedentes.

PRELIMINARES DESACOLHIDAS, APELAÇÃO DA RÉ PARCIALMENTE PROVIDA E DA AUTORA DESPROVIDA.

Embargos de declaração opostos e rejeitados.

Em suas razões recursais, a recorrente apontou ofensa aos art. 489 e 1022 do NCPC, sob o fundamento de que houve omissão no acórdão local a respeito da responsabilidade pelo recolhimento do imposto de renda, pela troca de categoria pelo beneficiário e responsabilidade em pagar seu benefício.

Sem contrarrazões.

O Tribunal local negou seguimento ao apelo nobre por inexistência de negativa de prestação jurisdicional, o que deu ensejo ao presente agravo.

É o relatório.

Decido.

1. Afasta-se, de início, a alegação de negativa de prestação jurisdicional. Não se verifica ofensa aos artigos 489 e 1022 do CPC/15 quando o Tribunal decide, de modo claro e fundamentado, as questões essenciais ao deslinde do feito. Ademais, não se deve confundir decisão contrária aos interesses da parte com negativa de prestação jurisdicional.

Nesse sentido, citam-se os seguintes precedentes deste Superior Tribunal de Justiça: **AgInt no AREsp 1024735/RS**, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 13/08/2018; **AgInt no AREsp 1254843/RS**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 01/06/2018; **AgInt no AREsp 1224697/MG**, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 21/05/2018; **AgInt no AREsp 1015125/AC**, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 24/04/2018; **AgInt nos EDcl no REsp 1647017/RS**, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018.

Alegou a recorrente que o acórdão impugnado restou omissos pois não analisou a responsabilidade pelo recolhimento do imposto de renda, pela troca de categoria pelo beneficiário e responsabilidade em pagar seu benefício.

Todavia, conforme trecho a seguir citado, o Tribunal local tratou expressamente dos temas. Confira-se:

A matéria posta, como se demonstra, foi analisada de forma integral e

motivada, inclusive no ponto em que manteve a sentença, tal como reproduzido no julgado:

Inicialmente, destaco ser incontroverso o direito ao resgate (estabelecido claramente no artigo 14, III, da Lei Complementar nº 109/01); o que se discute é como deve ser calculada a quantia que a parte autora tem a receber. Esta entende que o valor deve compreender o total das contribuições que pessoalmente verteu, corrigidos pelos índices que melhor refletirem a inflação;; a parte ré entende que o valor deve sofrer ajuste financeiro. Ademais, a demandada defende a adoção do índice de correção preconizado pelo regulamento do plano.

Pois bem. A ré defende que o valor das contribuições vertidas pelo autor não deve ser devolvido integralmente porque: a) houve alteração de categoria funcional (de celetista para ex-autárquico); e b) o autor não pediu seu desligamento antes da concessão do benefício de complementação de aposentadoria, percebendo-o de 1995 a 2003.

A primeira objeção tem suporte no estabelecido pelos artigos 4º e 40, §* 1º, do Regulamento do Plano de Benefícios a que vinculado o autor (fls.

92/99v). Este dispositivo fixa que "a restituição referida no caput deste artigo será de 100% (cem por cento), exceto no caso dos participantes mencionados no Artigo 42 deste Regulamento, os quais serão descontados os custos dos benefícios de risco" (sic). Já o artigo 42 estabelece que "os participantes empregados ex-autárquicos da Instituidora 1...] receberão da ELETROCEEE somente os benefícios previdenciários de complementação de aposentadoria por invalidez, complementação de pensão e complementação de auxfflo-reclusão".

O motivo da previsão é simples: já que os ex- autárquicos recebem da CEEE proventos integrais, não há necessidade de complementação de aposentadoria por idade ou tempo de serviço. Foi exatamente por esse motivo que o demandante, em 2003, com a alteração de categoria, deixou de perceber complementação que antes lhe era devida e foi paga de 1995 a 2003, ficando coberto apenas pelos benefícios de risco. Suas contribuições, após maio de 2003, destinaram-se apenas a garantir o recebimento do benefício por seus dependentes.

A segunda objeção ("b") é igualmente justa e tem suporte estatutário: o artigo 40 do Regulamento do Plano de Benefícios a que vinculado o autor (fl. 99v) estabelece que o direito de resgate integral é reservado ao "ex- participante da ELETROCEE que desligar-se do empregador antes de preencher todas as condições de receber complementação de aposentadoria" (sic, sublinhei). É evidente que, tendo o demandante percebido, por oito anos, o benefício custeado pela reserva de poupança que formou, devolver-lhe o valor integral com que contribuíra anteriormente implicaria não apenas enriquecimento sem causa como também desequilíbrio atuarial do plano. (grifo no original).

Observa-se, portanto, que a própria sentença já havia determinado os ajustes necessários, sendo que algumas das providências que a embargante pretende destinam-se a diligências eventualmente atinentes à fase de cumprimento de sentença, respeitados os comandos da sentença e do acórdão no ponto em que proveu em parte o recurso da ré. (fls. 299, e-STJ)

Como visto, as teses da insurgente foram apreciadas pelo Tribunal *a quo*, que as

afastou apontando os fundamentos jurídicos para tal.

Não há que se falar, portanto, em omissão, sendo certo que os embargos de declaração não se constituem via própria para rejugamento da causa, não havendo espaço para análise de inconformismo quanto ao entendimento adotado.

Nesse sentido: **REsp 1432879/MS**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 19/10/2018; **EDcl nos EDcl no REsp 1641575/RJ**, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 01/10/2018; **EDcl no AgInt no REsp 1666792/ES**, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 19/04/2018, DJe 22/05/2018; **AgInt no AREsp 1179480/RS**, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 06/03/2018; **AgInt no REsp 1598364/RS**, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe 22/08/2017; **EDcl no AgInt no AREsp 471.597/RJ**, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 20/06/2017.

Afasta-se, portanto, a alegada violação aos artigos 489 e 1.022 do CPC/15.

2. Ante o exposto, nego provimento ao agravo em recurso especial. Com base no art. 85, § 11, do NCPC, majora-se os honorários de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, em favor da parte recorrida.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator